

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO GT ENSINO DE SOCIOLOGIA NA SBS

Amurabi Oliveira¹

RESUMO

O retorno da Sociologia ao currículo do Ensino Médio no Brasil tem fomentado o incremento da produção acadêmica nesse campo, o que pode ser atestado pelo crescente número de pesquisas na pós-graduação sobre este tema. Outro importante fator para compreendermos a apropriação do ensino como objeto de investigação da Sociologia brasileira, diz respeito aos espaços institucionais de divulgação do conhecimento científico, nesta direção. Neste sentido, proponho-me a realizar um balanço do Grupo de Trabalho “Ensino de Sociologia”, que vem funcionando junto aos Congressos Brasileiro de Sociologia (SBS) desde 2005, enfocando as principais temáticas exploradas e o perfil dos autores dos trabalhos apresentados.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Educação Básica; Sociedade Brasileira de Sociologia.

The Teaching Sociology in Basic Education in Brazil: an analysis of the WG “Teaching Sociology” BSS production

Abstract

The return of sociology into the curriculum of high school in Brazil has fostered the growth of academic research in this field, which can be attested by the increasing number of research at post-graduate courses on this topic. Another important factor to understand the appropriation of teaching as an object of research of Brazilian sociology, involves the institutional spaces for the dissemination of scientific knowledge. In this direction, I propose to make an assessment of the Working Group “Teaching Sociology”, which comes working in the Brazilian Sociology Congress (BSS) since 2005, focusing on the main themes explored and the profile of the authors of the papers presented.

Key-words: Teaching Sociology; Basic Education; Brazilian Society of Sociology

INTRODUÇÃO

Apesar de a Sociologia no Brasil ter sido introduzida primeiro na Educação Básica, e só posteriormente terem sido criados os cursos de graduação em Ciências Sociais¹, é fato que a discussão em torno do seu ensino ainda é algo marginal dentro da Sociologia brasileira. O que se mostra como um reflexo, em alguma medida, do pouco interesse dos sociólogos pela Educação como objeto de investigação (GOUVEIA, 1989), tal desinteresse se aprofundou com a Reforma Universitária de 1968, e o advento das Faculdades de Educação, implicando um distanciamento entre o debate educacional e o das Ciências Sociais (CUNHA, 1992; SILVA, 2002; COSTA, SILVA, 2003; OLIVEIRA, SILVA, 2014).

retomada desse campo, todavia, mesmo quando os sociólogos têm se voltado para o debate educacional eles têm privilegiado a discussão em torno do Ensino Superior, ao passo que as investigações em torno da Educação Básica têm ficado mais a cargo das Faculdades de Educação (MARTINS, WEBER, 2010).

É interessante notar que o processo de reaproximação dos sociólogos com a Educação, como objeto de investigação, se deu movido, dentre outros fatores, pela percepção da Educação como fator relevante para a redemocratização do País, e dos professores como agentes centrais nesse processo (WEBER, 1996). Este fenômeno poderia indicar uma convergência com o discurso assumido sobre o Ensino de Sociologia no seu processo paulatino de reintrodução no Ensino Médio a partir dos anos de 1980, especialmente a

Há uma tendência desde os anos de 1980 de

¹Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Pesquisador do CNPq. email: amurabi_cs@hotmail.com

partir da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (lei nº 9.394/96), que indicou que os alunos egressos do Ensino Médio deveriam possuir conhecimentos de Sociologia e Filosofia para o exercício da cidadania. Todavia, esses dois movimentos de deram de forma concomitante, porém de maneira não articulada.

É inegável, em todo o caso, o fôlego que tem ganhado a discussão em torno do Ensino de Sociologia nos últimos anos, especialmente após o Parecer Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CEB) nº 38/06 e da Lei nº 11.684/08, que reintroduziram a Sociologia em todas as séries do Ensino Médio. Isso pode ser atestado pelo incremento do número de pesquisas realizadas na Pós-Graduação (HANDFAS, 2011; CAREGNATO, CORDEIRO, 2014; HANDFAS, MAÇAIRA, 2014; OLIVEIRA, 2015), bem como do incremento da produção acadêmica através de dossiês e coletâneas (ERAS, 2014), e ainda o crescimento do número de grupos de pesquisa nessa seara (NEUHOLD, 2014).

Os Congressos Brasileiros de Sociologia², portanto, mostram-se como um importante espaço para divulgação e discussão das pesquisas desenvolvidas nesse campo, tanto as concluídas como as em curso. Nesse artigo, proponho-me a realizar um balanço da produção do Grupo de Trabalho (GT) Ensino de Sociologia, cujas atividades vêm ocorrendo de forma regular desde o ano de 2005. Para a realização desse balanço enfocarei os seguintes aspectos: a) principais temáticas exploradas no GT; b) perfil dos participantes³.

Pretendo ao final desse artigo indicar algumas perspectivas que podem ser vislumbradas para esse campo, porém, para uma melhor compreensão dessa discussão por parte do leitor, realizarei inicialmente uma breve contextualização acerca do Ensino de Sociologia e da pesquisa acadêmica

nesse campo.

É necessário esclarecer desde já o recorte realizado, pois a escolha levou em consideração o fato de que apesar da existência de eventos de caráter regional e local, e mesmo de alguns nacionais que têm aberto espaço para a discussão sobre o Ensino de Ciências Sociais, é o GT “Ensino de Sociologia” da SBS que tem agregado as principais discussões no campo nos últimos dez anos⁴. O mesmo evento possui ainda espaços institucionais para a discussão acadêmica como mesas redondas e fóruns temáticos, porém tais atividades são relativamente descontínuas, além de não possuírem espaços para uma participação de uma ampla gama de pesquisadores.

A escolha de analisar este GT em específico se deve, portanto, à centralidade que ele ocupa na discussão acadêmica sobre o tema, bem como à continuidade de suas atividades que possibilita uma mais clara percepção do processo de maturação intelectual desse debate, o que não significa que haja aqui uma compreensão de que ele constitui um espaço mais relevante do que os fóruns, seminários e colóquios realizados de forma pontual sobre a temática.

Para a realização desse trabalho realizei o levantamento de todos 155 trabalhos indicados na programação do GT “Ensino de Sociologia” desde sua fundação em 2005, abarcando o período de 2005 a 2015, bem como do currículo de seus 182 autores. Todos os trabalhos publicados foram lidos na íntegra para que se pudesse classificá-los, e para a análise do perfil dos pesquisadores foi utilizada a plataforma Lattes, considerando-se as informações referentes à atuação e formação do pesquisador no momento em que apresentou seu *paper* no referido GT. Para a análise dos dados utilizarei como referência tanto os trabalhos de Bourdieu (1996, 2008, 2011), quanto a literatura que tem debatido sobre o Ensino de Sociologia no Brasil.

2 Congressos organizados pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

3 É importante frisar que os referenciais metodológicos, teóricos e conceituais dos trabalhos analisados aqui são demasiadamente dispersos, de tal modo que a abordagem selecionada visa levantar algumas questões que possibilitem um mapeamento do GT, um estado da arte preliminar, cujas questões apontadas podem ser aprofundadas em estudos posteriores.

4 Como indica o trabalho de Röwer (2016), antes da existência do GT de Ensino de Sociologia ocorreu a apresentação de alguns poucos trabalhos acerca dessa temática em outros GTs nesse mesmo evento.

A SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Como já indiquei, a Sociologia surgiu primeiro na Educação Básica, por meio das reformas Rocha Vaz (1925) e Francisco Campos (1931), ainda que tenha havido a experiência pontual no Atheneu Sergipense em Aracaju ainda na última década do século XIX (OLIVEIRA, 2013b). Nesse momento essa disciplina voltava-se nesse momento para a formação das elites (GUELF, 2001), dado que estava voltada para as últimas séries da Educação Básica e para os exames preparatórios para o Ensino Superior, além da formação de professores por meio das Escolas Normais.

Meucci (2011) nos indica a relevância da Sociologia nesse momento – entre as décadas de 1920 e 1940 – para o processo de rotinização do conhecimento sociológico, que se substanciou principalmente por meio da produção de manuais, elaborados inicialmente, via de regra, por autores autodidatas no campo da Sociologia. É nesse momento que ocorreu o período áureo da Sociologia nas escolas, o que foi interrompido com a Reforma Capanema em 1942⁵, quando a Sociologia é retirada dos currículos escolares, iniciando um processo que lhe atribui sua marca mais substantiva no currículo escolar: a intermitência.

Apesar disso, a discussão acadêmica sobre o Ensino é mantida, como pode ser observado por meio da tese de Livre-Docência de Costa Pinto, defendida na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNF/UB), que teve como tema “O Ensino da Sociologia na Escola Secundária”, bem como do *Symposium* sobre o Ensino da Sociologia e Etnologia, promovido em

1949 pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo⁶. Entretanto, os novos padrões científicos instaurados com a emergência dos cursos superiores de Ciências Sociais, implicaram uma ressignificação sobre a Sociologia que se desenvolveu nas escolas no período anterior, já que essa corresponderia a uma fase pré-científica da disciplina⁷. Como nos indica Sarandy (2004, p. 47):

Em síntese, poderíamos afirmar que a ciência social do pós-30 compreendeu o pensamento social e político anterior como enciclopédico e o caracterizou como a fase pré-científica da disciplina – o que relegou sua produção a algo de menor importância em comparação com o novo período, da pesquisa científica moderna instalada em um sistema universitário; ainda assim – e no afã de revelar a relevância, urgência mesmo, do conhecimento sociológico –, os cientistas sociais da época se debruçaram sobre a questão da educação – e do próprio ensino de sua disciplina no secundário –, algo posteriormente abandonado quando da realização da meta mais ambicionada, a consolidação do campo na academia e seu reconhecimento enquanto ciência instituída nos modernos quadros da divisão disciplinar.

Nessa direção, Silva *et al* (2010) apontam para o decréscimo da produção acadêmica difundida por meio de periódicos especializados sobre Ensino de Sociologia, especialmente a partir dos anos de 1960, o que estaria atrelado ao fato de que a Sociologia teria passado a perceber o ensino na escola não mais como a principal instância de legitimação dessa ciência, dada a crescente presença das pesquisas na graduação e pós-graduação, de tal modo que “(...) a partir dos anos 1960, os esforços dos agentes das Ciências Sociais concentraram-se mais nos campos científico e acadêmico.” (p. 69).

É ainda significativa nesse período a confe-

⁵ Esta retirada dos currículos escolares tem sido interpretada por alguns pesquisadores como um ato movido por razões “ideológicas”, devido ao caráter “subversivo” da Sociologia. Entretanto é válido ressaltar por um lado que havia uma indefinição do lugar da Sociologia no currículo escolar, por outro, que a Sociologia nesse período apresentava também um caráter conservador, o que nos leva a questionar tal perspectiva (MORAES, 2011). Não me proponho aqui a realizar uma revisão detalhada do histórico da Sociologia no Ensino Médio, para uma melhor análise desse aspecto vide os trabalhos de Santos (2004) e Oliveira (2013b).

⁶ Parte das palestras pronunciadas, que foi realizada por autores como Antônio Cândido, Donald Pierson dentre outros, foi publicada em “Sociologia, Revista Didática e Científica”, ano XI número 3, ainda em 1949.

⁷ No âmbito do Pensamento Social Brasileiro tem-se problematizado profundamente tal periodização, que aponta como pré-científica a fase da sociologia na qual as pesquisas foram desenvolvidas por profissionais que não possuíam formação acadêmica formal nas Ciências Sociais. Como os primeiros cursos de Ciências Sociais surgiram apenas a partir da década de 1930, isso significa que só nas décadas seguintes teríamos a produção de uma “sociologia científica”, assentada no rigor dos referenciais teóricos e metodológicos dessa ciência (FERNANDES, 1980).

rência pronunciada por Florestan Fernandes durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954. Seu trabalho intitulava-se “O Ensino da Sociologia na Escola Secundária Brasileira”. Todavia, ainda que esse texto tenha se tornado seminal, permanecendo como uma importante referência na discussão sobre o ensino de Sociologia no Brasil, é importante frisar que o próprio Florestan nunca se considerou um especialista em educação (FERNANDES, 1989), e que muitas reflexões que ele desenvolveu sobre essa seara possuem um caráter “para-sociológico”, não se baseando em pesquisas empíricas (FERNANDES, 1966), estando vinculadas a sua compreensão acerca da relação entre desenvolvimento, democratização e educação. Costa (2011, p. 54) chama a atenção para o fato de que “A comunicação de Florestan Fernandes ao I Congresso Brasileiro de Sociologia, que versava sobre a necessidade do ensino da sociologia na escola média brasileira, não representa a opinião isolada de alguém que gostaria de ver introduzida a referida disciplina no currículo de ensino médio.”

Florestan problematizava as possibilidades de se pensar o Ensino de Sociologia na Escola Secundária (Ensino Médio na nomenclatura atual), de tal modo que sua fala não pode ser interpretada apenas como uma afirmativa acerca da pertinência dessa ciência na escola, mas sim como uma análise mais ampla em torno das possibilidades deste ensino contribuir para a consolidação do projeto democrático. Não à toa, ao final do texto ele lança as seguintes questões:

- 1) Quais são as funções que o ensino de sociologia pode preencher na formação da personalidade e que razões de ordem geral aconselham a inclusão da matéria no currículo do ensino de grau médio?
- 2) A que concepção deveria se subordinar o ensino da sociologia nos diversos graus de ensino, inclusive no secundário? A definição clara da concepção apresenta a maior importância teórica e prática, pois dela depende a relação a ser estabelecida entre meios e fins na educação.
- 3) Porque se deve desejar a introdução da sociologia no ensino secundário brasileiro: a) por causa das exigências dos cursos universitários, acessíveis atualmente, que pressupõem conhecimentos prévios da matéria? b) porque é preciso criar condições plásticas de formação da personalidade e de preparação para a

vida na sociedade brasileira?

- 4) Quais são as funções que o ensino da sociologia está em condições de preencher atualmente na escola secundária brasileira e, em particular, em que sentido poderá contribuir para alterar o sistema educacional brasileiro, de modo a fazer com que a educação se torne um “instrumento consciente de progresso social” nos diferentes meios sociais em que se integra no Brasil?
- 5) Quais são as alterações de origem pedagógica, que seriam aconselháveis, tendo-se em vista as condições de integração estrutural e de funcionamento da escola secundária brasileira, para que o ensino da sociologia possa preencher as funções assinaladas?
- 6) Quanto ao alcance das inovações, com fundamento sociológico: a) o ginásio comportaria ou não uma disciplina com o nome de “*Elementos de Ciências Sociais*”; onde deveria ser localizada tal disciplina; e qual seria seu conteúdo ideal?; b) o colégio deveria voltar a possuir uma estrutura mais flexível, na qual se introduzisse, convenientemente, o ensino especial de matérias como a psicologia, a economia e a sociologia, ou seria aconselhável manter uma disciplina unificada, como um curso mais adiantado de “*Ciências Sociais*”. (FERNANDES, 1980 p. 105-106).

A longa citação se justifica na medida em que Florestan se preocupou em nos lançar uma série de questões ainda não respondidas, e creio que é importante frisar que o esforço acadêmico nessa direção ainda que crescente, continua insuficiente diante da amplitude da problemática posta.

Após um longo ostracismo dos currículos escolares – o que foi aprofundado com a Reforma Passarinho (1971), que propunha a profissionalização compulsória do Ensino Médio, no qual podemos apenas encontrar alguns conhecimentos de Sociologia regionalizados por meio de disciplinas escolares como os Estudos Sociais (SILVA, 2007) – a Sociologia voltou a figurar de forma pontual e desarticulada em algumas unidades da federação a partir dos anos de 1980. Este movimento que ganhou fôlego com a promulgação da LDB em 1996, pois, como já havia dito, essa lei afirmava ser fundamental que os egressos do Ensino Médio possuíssem conhecimentos de Sociologia (e Filosofia), o que é amadurecido com a publicação das Orientações Curriculares para o Ensino Médio: ciências humanas e suas tecnologias em 2006⁸, e mais recentemente com a presença da Sociologia na Base Nacional Co-

num Curricular (BNCC). Todas essas mudanças institucionais convergem para uma consolidação definitiva a partir da lei nº 11.684/08⁹.

É na esteira desses acontecimentos que emerge a discussão sobre o Ensino nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia. Passemos, portanto ao exame da produção do GT “Ensino de Sociologia” considerando suas edições nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.

Breve Contextualização do GT “Ensino de Sociologia”

Nos últimos anos temos observado um incremento significativo do número de Programas de Pós-Graduação em Sociologia, todavia, dentre as mais de 90 linhas de pesquisa contabilizadas nestes, apenas 4 se vinculam à Educação (LIMA, CORTES, 2013)¹⁰, de tal modo que isso se reflete na dinâmica dos congressos da SBS, dado que eles podem ser considerados como uma vitrine das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nesses espaços.

O GT “Educação e Sociedade”, homônimo com relação ao GT da ANPOCS, é o primeiro espaço que surge neste evento voltado exclusivamente para a discussão educacional. Nogueira e Costa (2009, p. 228) ao realizarem um balanço desse GT, considerando o interstício entre os anos de 2003 a 2009, apontam para o fato de que “Nas três edições sob nossa organização quase todos os trabalhos submetidos e aprovados são provenientes de faculdades e programas de pós-graduação em educação.”, ainda que haja uma tendência recente a mudança nesse quadro, que se apresenta ainda de forma discreta.

Esta questão mostra-se interessante, ao apontar uma tendência convergente com os balanços bibliográficos realizados acerca do crescente interesse dos sociólogos pela questão educacional (NEVES, 2002; MARTINS, WEBER, 2010), entretanto, a principal marca desse debate é a discussão sobre a relação entre a Educação e as Desigualdades Sociais, que tem norteado a Sociologia da Educação (FORQUIN, 1995), especialmente no Brasil (OLIVEIRA, 2013c).

O fato é que as mudanças institucionais, propulsionadas pela introdução pontual da disciplina em diversos estados do País, e pelo movimento capitaneado principalmente pelas associações profissionais – ao menos inicialmente – em torno do retorno da Sociologia ao currículo escolar, levaram à elaboração de um cenário não apenas propício para a formulação de pesquisas sobre esse tema, mas que demandava espaço para a divulgação de tais investigações. Moraes, em entrevista recente, realizou uma síntese do histórico do GT:

Dado o crescimento da importância da questão do ensino de sociologia no interior da SBS, e a emergência de um grupo de professores universitários e aparecimento de pesquisas sobre o tema, mas particularmente pelo acompanhamento constante dessa questão pelos professores Tom Dwyer e Heloisa Martins, então presidente e vice-presidente da SBS, foi proposta a criação do GT e eu fui convidado para coordenar o grupo; na sua primeira edição, em Belo Horizonte, 2005, na UFMG, dividi formalmente a coordenação com um professor das Ciências Sociais da UFMG, mas esse professor só apareceu no início dos trabalhos e não apareceu mais. Coordenei então as duas sessões, que se chamavam “experiências de ensino”; somente em 2007, UFPE/Recife, recebeu o nome de GT- Ensino de sociologia, repetindo-se em 2009 e 2011, sob minha coordenação. Nesses anos, eu tomei a iniciativa

8 Em 1999 ocorre a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais: Conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, o que deve ser reconhecido também como um avanço institucional, entretanto, esse documento possui profundas contradições, especialmente no que diz respeito ao fato de assumir uma dimensão claramente disciplinar sobre o Ensino da Sociologia, o que relaciona às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio publicadas em 1998, que previam o tratamento interdisciplinar da Sociologia na escola, o que não se efetivou na prática. A publicação de 2006 abarca as disciplinas de Filosofia, Geografia, História e Sociologia, abordadas de forma disciplinar.

9 Houve uma tentativa em 2001 de reintrodução da Sociologia em nível nacional, porém, o projeto de lei após a aprovação no congresso foi vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Para uma melhor análise da questão vide o trabalho de Carvalho (2004).

10 Em levantamento realizado cerca de 20 anos antes Weber (1992) apontara para o fato de que apenas 4 Programas de Pós-Graduação em Educação possuíam linhas de pesquisa vinculadas à Educação, de tal modo que podemos observar um cenário praticamente inalterado, ou mesmo uma perda de espaço, já que houve um aumento no número de programas nessas duas décadas podemos considerar que ocorreu uma redução em termos proporcionais do número de programas voltados para essa discussão

de propor o GT, o que foi aprovado pelas comissões organizadoras dos congressos da SBS. Desde o começo, desde Belo Horizonte, mas principalmente em Recife, percebemos que havia uma demanda represada para a discussão do tema ensino de sociologia, nas mais diversas variações: história da disciplina, livro didático, recursos didáticos, ensino superior, pós-graduação, propostas curriculares, etc.. Desde o começo as salas do GT – Ensino de Sociologia sempre estava lotada, em Recife, por exemplo, tivemos de sair de uma sala de aula e fomos para um auditório, que também lotou. O mesmo aconteceu no Rio de Janeiro e em Curitiba. (OLIVEIRA, 2014b, p. 262-263).

Outra questão que Moraes destaca nessa mesma entrevista é o fato de que, devido ao foco do GT, voltado para pesquisadores e pós-graduandos, os professores acabavam por “ficar de fora”, e estes seriam os principais interessados nas discussões, tal questão teria sido o mote para o advento do Encontro Nacional para Sociologia na Educação Básica – ENSEB.

É válido lembrar que dentro das normas para a apresentação oral junto aos GT da SBS é necessário que o autor principal possua a titulação mínima de mestre, o que constitui a exceção dentre os professores da Educação Básica. Todavia, os coautores não necessitam possuir tal formação, logo, é comum que entre os apresentadores haja professores em formação, o que tem sido mais recorrentes nas últimas edições.

Acredito que outro fator importante a ser considerado encontra-se fora das normas de exposição dos trabalhos, uma vez que a participação e publicação em congressos acadêmicos tendencialmente não é algo estimulado pelas Secretarias de Educação, não sendo contabilizado no processo de progressão funcional dos docentes da Educação Básica, o que, no meu entender, é um empecilho maior que as normas do Congresso, remetendo às condições de trabalho docente de forma mais ampla.

Em 2005 o GT foi coordenado por Amaury

Cesar de Moraes (USP) e Francisco Coelho dos Santos (UFMG), em 2007 e 2009 apenas pelo primeiro, em 2001 por Moraes e Anita Handfas (UFRJ), e em 2013 e 2015 por esta última e Ileizi Silva (UEL), contando com um crescente número de trabalhos apresentados. Consultando os anais dos Congressos anteriores encontramos os seguintes números de trabalhos apresentados nas últimas edições: nove (2005), dezenove (2007), vinte e três (2009), vinte e sete (2011), quarenta e quatro (2013) e trinta e três (2015). O crescimento da produção mostra-se evidente, e acompanha, em grande medida, as mudanças institucionais ocorridas, pois, na primeira edição do GT a Sociologia ainda não era obrigatória no Ensino Médio, na segunda já havia sido emitido o Parecer do CNE, porém, só a partir da terceira edição é que já tínhamos um cenário consolidado em termos institucionais na Educação Básica após o advento da lei nº 11.684/08¹¹.

Sem menosprezar outros espaços institucionais voltados para a discussão acadêmica dentro e fora da SBS, compreendo que esse GT nos possibilita apreender os movimentos de disputas próprios do campo acadêmico, suas tendências, bem como suas transformações num curto intervalo de tempo (2005-2015). Tendo em vista que certos agentes sociais possuem mais capital simbólico que outros, como seria o caso da SBS, e que isso lhes possibilitaria deformar as regras do campo (BOURDIEU, 2004), penso que a participação neste espaço é uma das “regras” do campo acadêmico da sociologia brasileira. Sendo assim, os pesquisadores que almejam se legitimar como pesquisadores nessa área buscam engajar-se neste espaço institucional, de tal modo que com isso possam conseguir angariar mais capital simbólico, e se legitimar no campo.

Também enquanto agentes engajados em disputas simbólicas mais amplas, a participação desses agentes também representa uma estratégia

11 Por cenário consolidado em termos institucionais compreendo aqui a garantia por meio da legislação educacional da presença obrigatória da Sociologia em todas as séries do Ensino Médio em nível nacional, em minha interpretação o advento desse cenário a partir de 2008 tem uma relação direta no incremento da produção apresentada no GT aqui analisado, porém devido aos limites desse trabalho não irei aprofundar aqui a relação entre esses dois fenômenos. Frise-se ainda que o decréscimo no número de trabalhos entre a edição de 2013 e 2015 pode ser justificada em grande medida pela diminuição nos financiamentos dos Programas de Pós-Graduação, bem como pelos limites em termos de espaço físico que poderia ter impossibilitado a existência de sessões paralelas do GT, como ocorrera em 2013.

gia que almeja legitimar o próprio “Ensino de Sociologia” como objeto legítimo de investigação na agenda de pesquisa da sociologia brasileira, o que perpassa, necessariamente, ocupar determinadas posições dentro da SBS, o que ocorre de maneira articulada a outras ações, como a publicação de livros, coletâneas, dossiês temáticos, organização de eventos específicos etc.

Temáticas Exploradas do GT

É interessante que iniciemos nos debruçando sobre alguns estados da arte realizados sobre as pesquisas envolvendo Ensino de Sociologia, que normalmente têm se voltado para aquelas realizadas na pós-graduação. Handfas e Maçaira (2014) analisando o período de produção entre os anos de 1993 a 2012 indicam que se trata de uma temática relativamente nova, ainda concentrada prioritariamente em Programas de Pós-Graduação em Educação. Segundo as autoras as principais temáticas exploradas seriam: (1) currículo; (2) práticas pedagógicas e metodologias de ensino; (3) concepções sobre a sociologia escolar; (4) institucionalização das ciências sociais; (5) trabalho docente; e (6) formação do professor.

Caregnato e Cordeiro (2014) analisando o período entre os anos de 1998 a 2008, chegam a 24 trabalhos, boa parte concentrada em programas de Ciências Sociais. As autoras categorizaram os trabalhos em três grupos principais: a) Desafios da atuação profissional para graduados em Ciências Sociais; b) Relações entre disciplina científica e disciplina escolar; c) A disciplina de Sociologia na ótica dos atores da escola.

Silva (2010) afirma que o incremento das pesquisas acompanha as conjunturas políticas, que indicam, ou não, a Sociologia como componente curricular ou como conteúdo necessário para a formação dos educandos. Ainda segundo a autora:

Analisando a produção sobre o ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil, observa-se que nos estudos, sobretudo nos estudos voltados para a Sociologia no Ensino Médio, há uma tendência de privilegiar a história da legislação (MACHADO, 1987, 1996), sem uma pesquisa mais detalhada dos agentes que produ-

ziram a legislação e o movimento dos vários sujeitos em torno dessas legislações e, especificamente, do processo de inclusão dessa disciplina nos currículos das escolas. Os estudos têm avançado para análise do conteúdo e dos sentidos atribuídos ao ensino da Sociologia em diferentes contextos (PACHECO FILHO, 1994; GIGLIO, 1999; GUELFY, 2001), tendo sido enriquecidos nas últimas décadas com pesquisas sobre manuais (MEUCCI, 2000; SARANDY, 2004), representações de professores e alunos de Sociologia (PEN-TEADO, 1981; SANTOS, 2002; RESES, 2004), funções do ensino de Sociologia e problemas de definições de conteúdos e métodos (CORREA, 1993; GOMBI, 1998; MOTA, 2003). Entretanto, não se verificam análises que contemplem como esses espaços foram formados e a partir de quais sujeitos/agentes, ou seja, quem se movimentou, em quais sentidos, junto e a partir de quais estruturas/instituições para criar a possibilidade de constituição da Sociologia como disciplina escolar. (p. 24).

Como muitos dos autores que apresentaram artigos nas edições do GT aqui analisado realizaram trabalhos na pós-graduação sobre essa temática, isso significa que há uma tendência para que temáticas exploradas no GT acompanhem o cenário indicado pelos estados da arte realizados.

De forma sucinta poderia indicar que duas temáticas se destacam no conjunto de trabalhos apresentados no GT aqui analisado: a) a formação de professores de Ciências Sociais/Sociologia; b) as metodologias de ensino de Sociologia no Ensino Médio. Em ambos os casos é recorrente que os autores se assentem principalmente, ainda que não exclusivamente em alguns casos, no relato de experiência, assumindo no segundo eixo um caráter também propositivo para o Ensino de Sociologia.

Quarenta e dois trabalhos se voltam para a formação de professores, partindo tanto de reflexões mais amplas sobre a formação de professores de Sociologia, focando nos desafios postos principalmente para a formação inicial principalmente, quanto para experiências particulares, com destaque para os novos cursos criados em universidades públicas, assim como a análise sobre a expansão dessas graduações. As análises partem tanto de professores formadores quanto de egressos das licenciaturas em Ciências Sociais que desenvolvem uma reflexão sobre sua própria trajetória como professores na Educação Básica. Merece destaque o fato de que o Estágio Super-

visionado se mostra como um importante *locus* de produção do conhecimento sobre o Ensino de Sociologia, dado que muitos trabalhos surgem a partir dele; Também o advento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PI-BID) tem merecido um destaque cada vez maior nessa discussão, o que se fez ainda mais evidente na última edição do GT (2015), quando essa temática ocupou toda uma sessão do grupo.

Trinta e cinco artigos apresentados se voltam para o debate em torno das metodologias de ensino, sendo também amplamente assentados nos relatos de experiências. Dentre os grupos que classifiquei esse é o que apresenta o caráter mais propositivo, quando não prescritivo, especialmente no que diz respeito à utilização da pesquisa para o Ensino de Sociologia, o que normalmente é justificado tendo em vista o que é indicado pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, porém, raramente problematizam profundamente sobre as condições objetivas postas para a realização dessas propostas, indicando, na maioria dos casos, ausência de pesquisas que possam subsidiar as considerações tecidas.

Merecem destaque também aqueles voltados para a descrição, e por vezes análise, da situação do Ensino de Sociologia em diversas cidades e estados brasileiros, envolvem principalmente os estados de São Paulo (3), Santa Catarina (4), Rio Grande do Norte (2), além do Paraná (1), Pará (1), Porto Alegre (1), Pernambuco (1), Roraima (1), Alto Uruguai Gaúcho (1), além de alguns poucos que se voltam para o debate sobre o Ensino de Sociologia fora do Brasil, envolvendo a França (1) e Portugal (1). Esses trabalhos possibilitam um mapeamento do Ensino de Sociologia no Brasil, enfatizando principalmente características comuns, como a presença massiva de professores sem formação em Ciências Sociais lecionando Sociologia, bem como aspectos idiossincráticos, que remetem, principalmente, à trajetória da Sociologia.

Apesar de o mote principal do GT ser a discussão sobre o ensino dessa ciência na Educação Básica, encontramos alguns trabalhos que se voltam para o Ensino Superior, nove envolvendo o ensino na graduação em outras formações pro-

fissionais (direito, pedagogia, enfermagem, educação física etc.), na modalidade presencial e à distância, e dois voltados para o ensino de Sociologia na pós-graduação.

Uma questão importante é trazida pelos dez trabalhos que se voltam para a reflexão sobre as possíveis contribuições da Sociologia para o Ensino Médio, bem como suas finalidades e relevância. Nota-se neste caso de forma bastante evidente o tom engajado da discussão. Ganha destaque à referência à obra de Florestan Fernandes, que é o eixo principal na discussão de dois dos artigos aqui analisados, sendo dentro do conjunto de textos do autor, sua conferência durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, a qual já fiz referência, o norte principal.

A categoria juventude se faz presente em uma gama de trabalhos, e é o principal fio condutor das discussões em seis artigos, que passam a refletir sobre o Ensino de Sociologia a partir daqueles que comporiam o público-alvo da disciplina, os jovens do Ensino Médio. Há nesse grupo tanto trabalhos empíricos, quanto outros mais teóricos que relacionam a discussão sobre o Ensino com a Sociologia da Juventude. Vale a pena citar mais dois trabalhos focados nas representações sociais e discursos dos alunos, que apesar de partirem de referenciais teóricos diversos, e não necessariamente tomarem a juventude como categoria central, possuem em comum a característica de analisarem o Ensino de Sociologia a partir dos alunos.

Seis artigos focam na prática pedagógica dos professores e trabalho docente, seja a partir de relatos de experiência dos autores como docente da Educação Básica, ou a partir de pesquisas mais sistemáticas, voltando-se principalmente para as escolhas metodológicas dos professores. Ainda que em forte diálogo com os trabalhos que agrupamos como aqueles dedicados às discussões sobre metodologia, diferentemente dos primeiros esses estão preocupados com uma análise sobre a prática, e não em discutir uma proposta metodológica a ser aplicada ao Ensino desta ciência.

Apesar do tema da institucionalização da So-

ciologia ocupar um lugar de destaque na produção na pós-graduação, como indica a análise de Handfas (2011), sua produção é relativamente tímida no GT, sendo apenas seis trabalhos. Levanto como hipótese o fato de que o GT surge em um momento no qual o Ensino de Sociologia já se encontrava em processo de consolidação, tendo em vista que quando ele assume a denominação “Ensino de Sociologia”, que é quando passa a abarcar um número mais amplo de trabalhos, a Sociologia já estava institucionalizada no Ensino Médio por meio do Parecer CNE/CBE nº 38/06, entretanto muitos artigos iniciam sua escrita relatando o histórico da disciplina e seu processo de institucionalização.

Três trabalhos se propuseram a realizar uma análise da produção acadêmica sobre Ensino de Sociologia, ainda que partindo de fontes distintas: a) trabalhos realizados na pós-graduação; b) grupos de pesquisa presentes no diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); c) coletâneas e livros publicados. Não é fruto do mero acaso que esse tipo de artigo só surge a partir das duas últimas edições do congresso (2011 e 2013), quando ocorre um maior acúmulo em termos de pesquisa nesse campo de investigação.

Quatro trabalhos se voltam para a presença da Sociologia nas provas de acesso para o Ensino Superior, sendo a partir do evento de 2013 surge tal discussão articulando-se com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é atualmente o principal processo seletivo de acesso às universidades no Brasil. Mesmo não possuindo provas estruturadas de forma disciplinar, mas sim por áreas de conhecimento, indica a Sociologia na prova das Ciências Humanas.

Os livros didáticos passam a ganhar cada vez mais destaque nas análises presentes, de modo que a última sessão desse GT houve uma sessão dedicada exclusivamente a este debate. Em tal sessão constavam seis trabalhos, que tanto exa-

minavam categorias específicas presentes nos livros de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹², como também discutiam questões mais amplas envolvendo os livros de sociologia recentemente aprovados.

Preferi não classificar cinco trabalhos em nenhum dos grupos anteriores, voltados para a relação entre os saberes escolares e o ensino de ciências sociais, o trabalho de campo na sociologia, e a questão do currículo de forma específica. Mas apesar de se fazerem presentes de forma mais pontual no GT, isso não quer dizer que estas temáticas não apareçam em outros trabalhos, o currículo, por exemplo, permeia outros artigos apresentados, sendo uma das problemáticas mais relevantes para a atual discussão sobre Ensino de Sociologia, especialmente devido ao fato de não haver um currículo nacionalmente estabelecido (OLIVEIRA, 2013a), todavia apenas em um trabalho esse apresenta-se como mote principal da discussão.

O que podemos observar, de forma bastante sucinta, é que há um processo paulatino de ampliação das temáticas abordadas, ao mesmo tempo um incremento dentro das duas questões mais discutidas: a formação de professores e as metodologias de ensino, o que se relaciona com as próprias demandas que emergem ante à reintrodução da Sociologia no Ensino Médio em nível nacional, que tangenciam a necessidade de se repensar a formação docente, uma vez que historicamente esse sempre foi um tema relegado como algo menor nos departamentos de Ciências Sociais (MORAES, 2003), bem como as metodologias de ensino, que é um tema sobre o qual não há um acúmulo substancial de conhecimento na Sociologia.

Devido aos limites desse trabalho não adentrarei aqui numa análise mais detalhada sobre os referenciais teóricos e metodológicos utilizados nos trabalhos, porém realizo aqui dois breves apontamentos sobre essa questão: 1) em sua

12 O PNLD consiste em uma política de Estado existente desde os anos de 1980, que atualmente abarca todas as disciplinas escolares da Educação Básica. Ele é um programa de avaliação, aquisição e distribuição de livro didático que a partir de 2012 passou a incorporar também livros de Sociologia, neste primeiro edital apenas dois livros foram aprovados, no edital de 2015 foram aprovados seis livros nessa área, o que pode apontar para uma melhoria qualitativa na produção nessa seara (OLIVEIRA, CIGALES, 2015)

maioria os trabalhos não indicam claramente os procedimentos metodológicos adotados, o que ocorre também em outros GTs como indica o balanço de Costa e Silva (2003) com relação ao Grupo “Sociologia da Educação” existente na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), porém essa é uma situação que vem mudando sensivelmente, principalmente devido à crescente presença de trabalhos originários de pesquisas realizadas na pós-graduação, e também através do PIBID; 2) Em que pese a dispersão teórica e conceitual existente nos trabalhos, pode-se observar uma certa convergência em termos de conclusões que reafirmam a relevância da Sociologia na Educação Básica. E apesar de não haver autores que sejam incorporados de forma “unânime” pelos pesquisadores desse GT, poderíamos vislumbrar o delineamento de uma “bibliografia básica” sobre o tema, constituída principalmente por dissertações de mestrados produzidas a partir dos anos 2000, sendo os dos efeitos a substituição das fontes primárias por esses trabalhos, principalmente no que diz respeito à contextualização histórica sobre o Ensino de sociologia no Brasil, replicando inclusive equívocos presentes nesses trabalhos consolidados¹³.

PERFIL DOS PARTICIPANTES DO GT¹⁴

Como já indicado, o requisito necessário para que se possa submeter um trabalho como autor principal em qualquer GT do Congresso da SBS é que o autor principal possua o título de Mestre, que pode ser em qualquer área do conhecimento a princípio. Não há requisitos quanto à formação inicial, tampouco sobre a formação necessário para ser co-autor de um trabalho, entretanto mostra-se recorrente que os autores possuam

uma formação inicial nas Ciências Sociais.

Dos 182¹⁵ autores dos trabalhos, 160 (87,9%) possuem formação inicial em Ciências Sociais, essa preponderância pode ser explicada pelo fato de que o debate em torno do Ensino de Sociologia surge atrelado fortemente à questão da atuação profissional, e como a habilitação para lecionar Sociologia na Educação Básica se dá por meio de um curso de graduação, mais especificamente da licenciatura, essa temática acaba por suscitar o interesse daqueles envolvidos mais diretamente com a questão, seja no caso dos licenciados em Ciências Sociais, seja no caso daqueles que atuam na formação destes.

Ao exigir como requisito o mestrado para a proposição de trabalhos no GT ocorre uma exclusão de parcela significativa dos professores que atuam na Educação Básica¹⁶, porém chama a atenção o número de autores que lecionam ou já lecionaram Sociologia no Ensino Médio, mesmo os pesquisadores que apresentaram seus trabalhos já como professores universitários, o que inclui também aqueles que já coordenaram o GT¹⁷. Noventa e um (50%) autores já atuaram ou atuam na Educação Básica, tal fenômeno pode explicar, em parte, o tom engajado que alguns trabalhos apresentam, como fora apontado por Moraes (2011), referindo-se às pesquisas realizadas na pós-graduação, bem como a forte presença dos relatos de experiência.

Nesta direção, podemos levantar como hipótese o fato de que o interesse dos autores pela temática se liga, por um lado, às mudanças estruturais que têm ocorrido e que propiciam o fomento do debate, por outro, às trajetórias profissionais realizadas. E como nos indica Bourdieu (1996),

¹³ Dentre os equívocos mais recorrentes eu destacaria a indicação da experiência no Colégio Pedro II nas décadas de 1920 como a primeira experiência no Ensino de Sociologia no Brasil, porém ainda no século XIX no Atheneu Sergipense na cidade de Aracaju houve uma experiência anterior, via de regra ignorada pelos trabalhos apresentados no GT.

¹⁴ Todos os dados referentes ao perfil dos autores dos trabalhos apresentados no GT foram colhidos utilizando a plataforma lattes (<http://lattes.cnpq.br>), considerando-se a formação e atuação destes no período em que ocorreu a participação no GT, dado que alguns autores se apresentaram ainda como doutorandos em uma das edições e em outra já como doutores, além de mudanças em termos de vínculo institucional que eventualmente ocorre.

¹⁵ O número de autores e de trabalhos apresentados não se equivale uma vez que 71 artigos foram escritos individualmente e 51 em coautoria, além do mais, alguns autores apresentaram trabalhos em mais de uma edição do GT.

¹⁶ Desataque para a presença significativa de professores que atuam na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

¹⁷ À exceção do professor Francisco Coelho dos Santos (UFMG), que foi um dos coordenadores da primeira edição do Grupo.

ao questionar o que ele denomina de “ilusão biográfica” – que nos leva a perceber a biografia, ou autobiografia, como um conjunto coerente e orientado de fatos sequenciais – a biografia só pode ser compreendida ante aos deslocamentos dos agentes pelos diversos campos simbólicos. Desse modo a atuação como professores da Educação Básica parece-me ser um elemento importante na compreensão da escolha desses autores por esta temática como objeto de reflexão, além do mais, há de se considerar ainda a atuação de muitos deles como formadores de professores, seja como professores de disciplinas teóricas do campo das Ciências Sociais, ou como responsáveis pelas disciplinas tidas como referentes à prática pedagógica nesse campo do saber¹⁸, o que é o caso de 37 (20,32%) autores.

Vinte e seis (14,28%) atuam como professores em Programas de Pós-Graduação na área das Ciências Sociais e quatro (2,19%) em Educação. Isto indica, por um lado, uma participação ainda tímida de pesquisadores consolidados no universo acadêmico; por outro, o parco espaço que esta temática ainda possui junto às pós-graduações *stricto sensu*. Porém este é um cenário dinâmico, o que pode ser atestado por iniciativas recentes, como a criação em 2011 da linha de pesquisa em Ensino de Sociologia junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Universidade Estadual de Londrina, e em 2012 do Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio da Fundação Joaquim Nabuco.

Esse cenário que aponta para uma frágil ligação entre o Ensino de Sociologia e a Pós-Graduação, pode ser interpretado como decorrente da homologia entre as estruturas cognitivas dos pesquisadores e as estruturas do campo (BOURDIEU, 2008). De tal modo que estes tendem a se voltar para objetos privilegiados no campo de investigação que se encontram, que podem, portanto, trazer maiores ganhos simbólicos no que diz respeito à posição a ser ocupada no capô acadêmico, o que inclui, dentre outras coisas, maior capacidade de angariar verbas para pesquisa, ocupar posições de maior prestígio junto às so-

ciências científicas, maior espaço para publicação dos resultados de suas pesquisas etc. Isso se coloca dentro de questões mais amplas que remetem às relações de poder dentro da Universidade, e das lutas pelo processo de legitimação de um dado objeto de investigação.

E importante ressaltar ainda que, segundo Bourdieu (2011), o campo das letras e ciências humanas se organiza em torno de uma oposição principal entre duas espécies de poder: a) o poder propriamente universitário fundado no controle dos instrumentos de reprodução do corpo professoral, o poder ou autoridade científica manifestada pela direção de uma equipe de pesquisa, pelo prestígio científico medido pelo reconhecimento no campo científico; b) o segundo princípio que opõe, de um lado, os professores mais velhos e mais providos de títulos de consagração estritamente universitária, e, de outro, os professores mais jovens, que se definem, sobretudo negativamente, pela privação dos signos institucionalizados de prestígio, e pela estrutura das formas inferiores de poder universitário.

No campo acadêmico brasileiro poderíamos destacar dois elementos importantes que indicam um prestígio institucionalizado: a) a participação em Programas de Pós-Graduação, no caso da Sociologia em programas da área, que como observamos só inclui 14,28% dos autores de trabalhos do GT; b) a posse da bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, que em termos institucionais implica o reconhecimento pelos pares do trabalho acadêmico desenvolvido, substanciado principalmente por meio da produção acadêmica, especialmente em periódicos especializados da área. Entretanto, apenas um dos autores desse GT era bolsista de produtividade em pesquisa.

O advento do GT e a manutenção de suas atividades, que tem sido realizada ante a um contínuo incremento da produção divulgada – tanto que na última edição (2013) houve a necessidade de serem realizadas sessões paralelas no último dia – indica uma tomada de posição no campo em busca da legitimação desse objeto de investi-

¹⁸ Grupo aqui um leque amplo de disciplinas que envolve metodologia de ensino das ciências sociais, didática das ciências sociais, estágio supervisionado em ciências sociais (licenciatura), laboratório de ensino das ciências sociais, sociologia para o ensino médio etc.

gação. Esta ação se articula também com outras iniciativas promovidas tanto pela Sociedade Brasileira de Sociologia, como é o caso do Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia para a Educação Básica, quanto por outras instituições, como a fundação da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) em 2012¹⁹. Em que pese, inegavelmente, o fato da SBS possuir maior volume de capital simbólico nesse campo, de tal modo que o processo de disputa pela legitimidade de um objeto científico na Sociologia Brasileira passa pela apropriação de espaços no interior dessa instituição.

Ainda com relação ao perfil dos autores, destacaria por fim que 31 (17%) autores realizaram ou realizam pesquisas na pós-graduação sobre Ensino de Sociologia, e, portanto, utilizam o GT como um espaço de divulgação dos resultados de suas pesquisas, em grande medida, ou ainda dos resultados parciais de outras pesquisas em curso. Os trabalhos desses autores, por serem oriundos de pesquisas científicas sistematizadas diferem substancialmente no perfil mais recorrente do GT, centrado nos relatos de experiência, dando maior consistência às discussões desenvolvidas, ao mesmo tempo que a presença desse tipo de artigo também se relaciona com a legitimação do Ensino de Sociologia como objeto legítimo de investigação científica no campo da Sociologia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve análise do GT “Ensino de Sociologia” da SBS procurou apresentar as principais temáticas exploradas e o perfil dos pesquisadores, ainda que tenha havido outras pretensões inicialmente, referente ao perfil teórico e metodológico dos artigos, contudo, dada a dispersão dos trabalhos, e a falta de clareza, na maior parte, sobre os procedimentos metodológicos adotados, achei melhor focar nos dois primeiros aspectos.

Como indicado, os relatos de experiência ainda predominam no GT, porém é importante ressaltar que há uma clara tendência para a expansão da presença de trabalhos oriundos de resultados de pesquisas desenvolvidas, especialmente na pós-graduação. Isto pode se relacionar

com o fato de que as questões relativas ao Ensino de Sociologia surgem a partir da própria trajetória profissional dos autores, imbricadas com suas questões práticas, e o GT além de cumprir sua função de espaço de divulgação de resultados de pesquisas também propicia a circulação de dilemas que se apresentam na prática do Ensino da Sociologia e os caminhos encontrados, o que se mostra como algo de profunda relevância para os professores.

Considerando tanto as características singulares do objeto investigado, quanto o momento histórico em que essa produção acadêmica surge, penso que os relatos de experiência ocupam um lugar importante para que comecemos a tentar responder às indagações levantadas por Florestan Fernandes no I Congresso Brasileiro de Sociologia.

As duas principais temáticas exploradas, a formação de professores e as metodologias de ensino, convergem com a tônica geral do GT, pois, em grande medida esses trabalhos (especialmente os de metodologia) emergem a partir da prática. Tais trabalhos acabam assumindo, por vezes, um tom propositivo ou mesmo prescritivo, que se relaciona com as demandas dos professores da Educação Básica, envoltos em uma realidade na qual não há uma vasta e consolidada discussão sobre a metodologia de ensino da Sociologia na Educação Básica.

Penso que esta produção, apesar dos limites que possamos apontar nos trabalhos, possui como principal contribuição para o campo, a circulação de informações referentes à realidade do Ensino de Sociologia no Brasil, de tal modo que através do GT podemos ter acesso a certo “mapeamento” do ensino dessa ciência na Educação Básica brasileira. Ademais, a continuidade das atividades desse grupo deve ser compreendida também no âmbito mais geral das disputas existentes no campo acadêmico, de tal modo que o incremento da produção que nele circula pode ser entendida como fundamental no processo de legitimação do Ensino de Sociologia como objeto de investigação das Ciências Sociais.

No que diz respeito ao perfil dos autores, es-

ses são, em boa parte, pesquisadores que além de possuírem uma formação na pós-graduação, muitas vezes fora das Ciências Sociais, sendo recorrente a formação em nível de mestrado e/ou doutorado em Educação, possuem em sua maioria a formação inicial nas Ciências Sociais, e em muitos casos têm uma vivência como professores de Sociologia na Educação Básica (seja atual ou anterior). Esse último ponto merece destaque, na medida em que, na minha interpretação, um dos pontos que o GT precisa avançar diz respeito a necessidade de se realizar uma reflexão epistemológica sobre o conhecimento produzido a partir de lugares que os autores ocupam em suas próprias pesquisas, considerando a centralidade que as experiências pessoais possuem nesse contexto.

Trata-se de uma comunidade de pesquisadores cada vez mais ativa, que se articula a partir de outros espaços institucionais, e que se volta para um objeto que têm ganhado maior destaque nas discussões acadêmicas, dada sua relevância científica e social. Estão engajados no GT muitos daqueles considerados as principais referências nesse debate, não à toa mostra-se recorrente à citação a um grupo restrito de autores que discutem Ensino de Sociologia, e que atuam amiúde neste grupo.

Um indicador interessante, para pensarmos a consolidação desse campo, é o fato de que essa tendência inaugurada com a SBS em 2005 de desenvolver uma discussão sobre o Ensino tem sido acompanhada, ainda que mais tardiamente, por outras instituições científicas das Ciências Sociais, não à toa, se considerarmos o período recente, após a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio, nas edições dos eventos de 2014 promovidos pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)²⁰ e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA)²¹, há GT voltados para a discussão sobre o Ensino.

No caso da ABA essa discussão é considera-

velmente anterior, tendo havido inclusive a publicação de livros sobre Ensino de Antropologia pela instituição, entretanto, essa discussão normalmente estava alocada dentro da estrutura dos eventos da ABA nos chamados Simpósios Especiais, promovidos pela diretoria da Associação, e que possuíam, portanto, um caráter mais restrito, além de possuírem um foco maior no Ensino de graduação, especialmente a partir da criação dos cursos de bacharelado em Antropologia a partir dos anos de 2000 (GROSSI *et al.*, 2006), e a partir da 29ª Reunião promovida em 2014 que essa discussão ganha um GT próprio que abarca também a discussão sobre o Ensino de Antropologia no Ensino Médio, dado que o Ensino de Sociologia na Educação Básica acaba por envolver as Ciências Sociais, de maneira homologa aos cursos de graduação existente no Brasil (LIMA, CORTES, 2013).

Acredito que o processo de amadurecimento dessa questão no interior das discussões realizadas pela SBS possibilita a consolidação do Ensino de Sociologia como um objeto legítimo de investigação da Sociologia brasileira, o que demanda uma maior internacionalização do debate que ainda é tímida, incipiente e pontual (OLIVEIRA, 2014a), bem como maior incremento de uma produção estritamente sociológica envolvendo essa questão, o que tem sido possibilitado ante a abertura de novos espaços na pós-graduação para essa discussão, bem como de ações na graduação, com destaque para o PIBID, que tem forjado uma nova geração de pesquisadores que possuem maior clareza sobre a relevância dessa discussão.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Florianópolis: EDUSFC, 2011.

_____. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Edições 70, 2008.

20 No caso da ABCP a primeira edição de um GT voltado para a discussão sobre ensino de Ciência Política (e Relações Internacionais) ocorre no ano de 2012, durante o 8º encontro desta associação (CRAVO, 2014).

21 A discussão sobre Ensino de Antropologia não é nova dentro da ABA, esta instituição tem promovido seminários e fóruns específicos sobre a temática, e em 2004 foi criada uma comissão sobre “Ensino de Antropologia” junto a tal instituição, posteriormente transformada em uma comissão de “Educação, Ciência e Tecnologia”, porém, há de se ressaltar que o debate desenvolvido nesses espaços se volta principalmente para as discussões sobre a realidade do Ensino Superior, não da Educação Básica.

_____. Razões Práticas. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 11.648, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, 3 de junho de 2008.

_____. Orientações curriculares para o ensino médio volume 3: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação, 2006.

_____. Parecer CNE/CBE nº 38/2006. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de agosto de 2006.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C. Campo Científico-Acadêmico e a Disciplina de Sociologia na Escola. Educação e Realidade, v. 39, n. 1, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, L. M. G. de. A Trajetória Histórica da Luta pela Introdução da Disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: _____. (org.). Sociologia e Ensino em Debate. Ijuí: Ed. Unijuí. p. 17-60. 2004.

COSTA, D. V. de A. Florestan Fernandes e o ensino da sociologia na Escola Média brasileira. Inter-legere, s/v, n. 9, p. 40-60, 2011.

COSTA, M. da C.; SILVA, G. M. Amor e desprezo - o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14. Revista Brasileira de Educação, s/v, n. 22, p. 101-120, 2003.

CRAVO, G. A. Sociologia no Ensino Médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008). 2014. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

CUNHA, L. A. A educação na sociologia: um objeto rejeitado?. Cadernos Cedes. s/v, n. 27, p. 9-22, 1992.

ERAS, L. W. A Produção do Conhecimento Recente sobre Ensino de Sociologia/Ciências Sociais na Educação Básica no Formato de Livros Coletâneas (2008-2013): sociologias e trajetórias. 2014. 331f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FERNANDES, F. A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1966.

_____. O Desafio Educacional. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FORQUIN, J. (org.). Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOUVEIA, A. J. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre educação. Tempo Social, Vol. 1, n. 1, p. 71-79, 1989.

GROSSI, M. P.; TASSINARI, A.; RIAL, C. Ensino de Antropologia no Brasil. Blumenau: Nova Letra, 2006.

GUELFY, W. P. A Sociologia como disciplina escolar no Ensino Secundário brasileiro (1925-1942). 2001. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2001.

HANDFAS, A. O Estado da Arte do Ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. Inter-legere, s/v, n. 9, p. 386-400. 2011.

HANDFAS, A.; MAÇAIRA, J. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de

sociologia na educação básica. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, s./v., n. 74, p. 45-61, 2014.

LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas*. v. 13, n. 2, p. 416-435, 2013.

MARTINS, C. B.; WEBER, S. Sociologia da Educação: democratização e cidadania. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. Horizontes das Ciências Sociais: sociologia. São Paulo: ANPOCS, p. 131-201, 2010.

MEUCCI, S. Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

MORAES, A. C. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos CEDES*, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

_____. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, v. 15, n.1, p. 05-20, 2003.

NEVES, C. E. B. “Estudos Sociológicos sobre Educação no Brasil”. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo; Brasília: Editora Sumaré; CAPES, p. 351-437, 2002.

NEUHOLD, R. R. Sociologia do Ensino de Sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar. 2014. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NOGUEIRA, M. A.; COSTA, M. Desiguais oportunidades de escolarização - antigo tema sob novos olhares na Sociedade Brasileira de Sociologia. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 4, n 8, p. 228-233, 2009.

OLIVEIRA, A. Ensino de Sociologia: novas temáticas e experiências internacionais. *Educação e Realidade*, v. 39, n. 1, p. 11-16, 2014a.

_____. O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). *Revista*

Espaço do Currículo, v. 6, n. 2, p. 355-366, 2013a.

_____. O Ensino de Sociologia em Debate: entrevista com Amaury Cesar Moraes. *Saberes em Perspectiva*, v. 4, n. 1, p. 239-252, 2014b.

_____. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. *Acta Scientiarum. Education*, v. 35, n 2, p. 179-189, 2013b.

_____. Sociologie de l'éducation au Brésil: tendances historiques et contemporaines. *IncurSIONS*, s/v, n 8, p. 75-93, 2013c.

_____. Um balanço sobre o campo do ensino de sociologia no Brasil. *Em Tese*, v. 12, n. 2, p. 6-16, 2015.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. A pesquisa como princípio pedagógico no ensino de sociologia: uma análise a partir dos livros selecionados no PNL D 2015. *Ciências Sociais UNISINOS*, v. 51, n. 3, p. 279-289, 2015.

OLIVEIRA, A.; SILVA, C. F. Mapeamento da Sociologia da Educação no Brasil: análise de um campo em construção. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 9, n. 2, p. 289-315, 2014.

RÖWER, J. Por uma Sociologia da Suspensão: Ensino de Sociologia e Narrativas de Si como Dispositivo de Formação. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SANTOS, M. B. A Sociologia no Contexto das Reformas do Ensino Médio. In: CARVALHO, L. M. G. de. (org.). *Sociologia e Ensino em Debate*. Ijuí: Ed. Unijuí. p. 131-180, 2004.

SARANDY, F. 2004, A Sociologia volta à Escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

SILVA, G. M. D. Sociologia da sociologia da educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-79). Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.

SILVA, I. L. F. A Sociologia no ensino médio: desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. *Cronos*, v. 8, n. 2, p. 403-427, 2007.

_____. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, A. C. de (Org.). *Coleção Explorando o Ensino de Sociologia*. Brasília: MEC, p. 23-31, 2010.

SILVA, I. L. F.; BRANCO, C.; PERA, C. B. F. O ensino das Ciências Sociais: mapeamento do debate em periódicos das Ciências Sociais e da Educação de 1940 a 2001. In: CARVALHO, C. A. de. (Org.). *A Sociologia no Ensino Médio: uma experiência*. Londrina: EDUEL, 2010. p. 64-83, 2010.

WEBER, S. A Produção Recente na Área de Educação. *Cadernos de Pesquisa*, s/v, nº 81, p. 22-32, 1992.